

## APRESENTAÇÃO

A categoria *agricultura familiar*, enquanto forma de classificação de um dos segmentos de produtores do setor agropecuário, foi aceita sob rápido consenso, aglutinando, num mesmo sistema de comunicação temática, diversos agentes sociais:

- Os representantes políticos dos agricultores e trabalhadores rurais.
- Os funcionários e *experts* da elaboração de princípios norteadores da objetivação de políticas públicas.
- Boa parte de pesquisadores de várias disciplinas concernentes ao campo empírico daquele setor produtivo.
- Vários profissionais, vinculados ao ensino, pesquisa e extensão referentes àquelas disciplinas, mas integrados ao sistema ensino universitário. Desta posição, empenharam-se para diversificar a formação de agrônomos, engenheiros florestais e titulações afins, até então apenas destinados ao apoio tecnológico aos agricultores, cujas práticas são referidas, grosso modo, a uma racionalidade social capitalista.

Os desdobramentos dos processos de produção de tamanha ampla adesão ainda estão por ser estudados. Dadas aquelas intenções, torna-se fundamental documentar as condições em que este investimento tem sido possível; faz-se necessário socializar os avanços e as limitações, sob o espírito público ou político do instituinte debate e tomada de posição diante dos objetivos prenunciados.

Apresentando textos elaborados por autores formados nesse novo quadro institucional, destaco alguns dos princípios e condições valorizadas para a formação de agentes destinados a colaborar na constituição da categoria sócio-profissional *agricultor familiar*. Os textos se configuram como subprodutos de dissertações de mestrado. Estão sendo assim publicados para assegurar visibilidade aos meandros dos investimentos objetivados na formação de profissionais nesse campo político e acadêmico vislumbrados. Dentre as principais bases desse investimento, ressalta-se, por um lado, a reflexão sobre o relevante patrimônio de saber e prática dos agricultores; por outro lado, a elaboração pública de propostas de construção de aparatos institucionais destinados ao enquadramento de *agricultores familiares*.

Em conseqüência, um dos pressupostos da formação especializada de profissionais para esse campo de intervenção social, assenta-se na

aprendizagem do diálogo que permita incorporar o ponto de vista dos agricultores, isto é, reconhecer a diversidade de saberes, experiências e visões de mundo. Por isso, a importância da interlocução apresenta-se como um dos princípios básicos para adoção de metodologias pertinentes à prática da assistência técnica.

Os autores dos textos aqui tornados públicos, sob maior recorrência, adotam a perspectiva hegemônica como enfoque metodológico. A unidade social de intervenção, constituída sob o sentido da arena política, incide sobre o campo de interação entre agricultores e agentes de desenvolvimento. As ações se expressam nos modos de objetivação de unidades (familiares) de produção, ou seja, organizadas sob condições, inclusive as advindas das formas de integração que também as constituem. Segundo tal perspectiva, as unidades produtivas são apreendidas sob reprodução diferenciada, tendendo à expropriação, à estagnação ou à ampliação. O reconhecimento destas tendências se apresenta como base fundamental da ação política orientada pela reconversão de fatores negativos.

A necessidade de socialização dos modos de constituição das experiências apontadas nos textos, também deriva do fato de tais profissionais, assim formados, integrarem e investirem na construção de uma utopia mobilizadora. Engajam-se na objetivação de um projeto político destinado à adoção de posturas baseadas em valores que se contrapunham à hegemonia ou à unilateralidade daqueles norteadores do modelo econômico produtivista ou tecnicista.

Os autores que integram esta coletânea são formados no quadro de uma das experiências de ensino universitário anteriormente anunciadas. Ela vem sendo desenvolvida por professores e técnicos vinculados ao NEAF - Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, da Universidade Federal do Pará. Trata-se de um programa de formação superior, em nível de graduação e pós-graduação, que tem por horizonte o *desenvolvimento sustentável* da categoria (sócio-profissional) *agricultor familiar*. Os integrantes do NEAF afiliam-se a um quadro institucional mais amplo, constituído para tornar prática a associação pesquisa-formação-desenvolvimento sustentável das agriculturas familiares amazônicas. Pedagogicamente, fundamenta-se na articulação entre formação e pesquisa-desenvolvimento. Prioritariamente, ancora-se na contraposição ao modelo de transferência de tecnologia referenciado por um centro de excelência, do qual irradiam as ações mediante a prática de difusores de saber qualificado como técnico-científico. Por isso, a compreensão dos sentidos subjacentes à reprodução dos *agricultores familiares* representa padrão fundamental, inclusive pelos investimentos sociais que estes realizam para a constituição de formas

diversas de representação política delegada. Por tal perspectiva, os autores/atores das experiências apresentadas nos textos, convergem na adesão e construção de fundamentos para uma epistemologia do desenvolvimento politicamente sustentável (democrático).

Ao adotarem uma proposta construtivista, eles põem às claras, a impeditiva aceitação naturalizada de concepções atribuídas ao termo *agricultura familiar*. A julgar pelos investimentos objetivos, assumir o familiar como distintivo essencialista, também o é de perspectiva reducionista, eficaz apenas na produção de efeitos simbólicos para consagrar a diferenciação econômica e política requerida. Denunciam os efeitos predatórios da transferência de recursos financeiros públicos para os produtores socialmente tutelados pela ampliação do modelo produtivista. Contrapõem-se pela defesa da constituição e da reprodução de produtores a serem reconhecidos como sujeitos de direitos, se não pela diversidade prática, também pela ação valorosa, responsável pelo atendimento das demandas do mercado interno de produtos alimentícios.

Portanto, a distinção familiar é também reducionista, se a referência à constituição da categoria sócio-profissional tomar como único vetor o peso dos valores familiares na organização do processo produtivo. Se não levar em conta os investimentos para formação, reprodução e sucessão do patrimônio, especialmente fundiário. Se o reconhecimento do peso do domínio familiar na gestão da produção é fundamental, não pode ser único. Assumi-lo é também negar a importância tão valorizada das alianças com especializados agentes de desenvolvimento, que, assim se portando, reivindicariam a profissionalização em ações e práticas pertinentes ao domínio privado.

Pelo contrário, a análise dos textos demonstra os efeitos da mútua construção social de agricultores e agentes de desenvolvimento. A valorização do termo *agricultura familiar* representa, nessa perspectiva, a cristalização de investimentos políticos e ideológicos que orientam as polarizações no campo de concorrência por redefinição dos modos de redistribuição de recursos públicos estatais. Ora, as formas de percepção do mundo são substratos das relações no campo de produção intelectual, porque são constituídas relacionalmente. Elas são dependentes dos modos pelos quais os agentes aí representados investem no próprio reconhecimento social e político.

A prática dos *agricultores familiares*, isto é, o reconhecimento de diferenciados valores adotados como orientação produtiva, para além da referência ao projeto de reprodução familiar, também tem por parâmetro os significados culturais e políticos constitutivos das condições em que são construídas as respectivas formas de integração

institucional. Tais referências modos são, de qualquer modo, balizadoras das possibilidades criadas e a serem desdobradas, das condições de gestão dos constrangimentos, todos fatores inerentes às formas de integração.

Pelos princípios assumidos na formação desses *agentes de desenvolvimento sustentável*, impõe-se a necessidade de alteração das formas de integração institucional dos *agricultores familiares*. E assim sendo, pressupõem a construção de outras percepções dos agentes sobre si mesmos e sobre os agricultores. Do ponto de vista desses mediadores sociais que se apresentam como aliados políticos, tornam-se fundamentais a produção e a adoção de metodologias de intervenção, construídas para fins diversos, mas consagradores da participação recíproca de todos os agentes em pauta. Múltiplos fatores e diversas mediações institucionais devem então ser levadas em conta, para que o processo de engajamento político torne viáveis as mudanças sociais proclamadas, isto é, tais como advogam os autores por mim apresentados. Assim sendo, tanto quanto um agente econômico, o *agricultor familiar* é agente político.

Antes de tudo demonstram os autores que, no processo de mudança social, tem destaque a contribuição dos mediadores técnico-políticos. Esta presença bem expressa que o *agricultor familiar* não pode ser caracterizado pelo peso deste único domínio social. É exatamente a amplitude dos domínios e fatores sociais de interferência, especialmente, se se quer atribuir peso, o político e o cultural, que torna fundamental a presença de tais mediadores.

Orientados quanto aos desvios já acumulados por outras formas de assistência técnica, reconhecem as possibilidades de hierarquização de saberes e de centralização dos interesses. Dotam-se então de formas de construção de conhecimentos que levem em conta posturas contrapostas à adoção do papel de suposto e *a priori criador* de seus mediados (segundo sua imagem e semelhança).

Por conseguinte, a valorização do agricultor pelo familiar, mesmo que aceita, não pode fornecer as bases para uma definição social. Isto não significa negar a definição por uma postura nominalista e restringi-la ao estatuto de categoria ideológica, pois que ela corresponde a situações e a práticas sociais específicas. Está em jogo o reconhecimento social de um segmento de produtores, vis-a-vis tantos outros, por este investimento também redefinidos. Daí decorre então a importância de se tornar pública a formação dos profissionais correspondentes ao investimento institucional, pautado em outra perspectiva especializada, estimuladora do reconhecimento econômico e político de outro segmento específico de agricultores, por esta definição, pedra fundamental no centro do jogo político.

Os textos são reveladores das situações sociais e das circunstâncias históricas em que esse debate e essa inserção se tornam possíveis. Colocam em destaque os agentes preferenciais e o conjunto de problemáticas e alternativas apontadas para a participação compartilhada no processo de enquadramento institucional dos *agricultores familiares*. Da leitura, exaltam-se as condições de construção de sistemas de pensamento e valores que venham a legitimar a referida demanda, não por acaso na Região Amazônica, onde especialmente nos últimos anos, intensificou-se a lógica extrativista de rapina, base da expropriação dos agentes econômicos referenciados a outras práticas sociais.

Os textos foram por mim aglutinados segundo convergência temática. Esta forma de classificação permite ao leitor acompanhar os modos de constituição do programa, dos profissionais e dos agricultores. Eles revelam a importância atribuída à diversidade de formas de ocupação da terra e dos sistemas produtivos eleitos para esta apropriação; de modos de constituição das relações de produção e trabalho; de meios valorizados para incorporação de saberes institucionais, facilitadores da constituição dos agricultores como agentes políticos; e das alternativas de vida valoradas pelos agentes sociais portadores de práticas culturais e projetos familiares específicos.

## |PARTE I|

### O NEAF e a diversidade de práticas institucionais

Na parte inicial, julguei pertinente agregar dois textos cujos autores, integrantes do quadro profissional do NEAF, registram investimentos metodológicos diferenciados da prática institucional.

No primeiro, há considerações a respeito da criação de condições para a reprodução social e a sucessão na posição de agricultores familiares, cujos sucessores são dotados de saberes e visões de mundo pertinentes ao novo quadro de integração e de demandas por políticas públicas. Marizete Fonseca da Silva, professora assistente da UFPA, Campus Sul e Sudeste do Pará, no texto intitulado *Pensar o trabalho é pensar a vida: as dimensões da formação na pedagogia da alternância da Escola Família Agrícola de Marabá (Pará)* analisa alguns dos atributos do projeto pedagógico elaborado por consideração às especificidades ambientais, posicionais e contextuais. Destaca as características da

proposta pedagógica, ressaltando a contraposição a programas de formação de caráter universalizante. Avalia as respostas apresentadas pelo desenvolvimento prático desse programa educativo, considerando-o instrumento potencial para estimular o desenvolvimento da *agricultura familiar*. Neste investimento, ela também exprime as intenções do corpo de professores vinculados ao programa geral. Considera fundamental a avaliação das experiências ou a organização de práticas assentadas na reflexão de desdobramentos de intenções anunciadas, mas de resultados não totalmente previstos, porque também advogados como distantes de imposições.

No segundo texto, Luis Mauro Santos Silva, docente-pesquisador do NEAF, integrante do projeto de cooperação entre a UFPA, o INRA de Guadalupe (França) e o LASAT, descreve um processo de pesquisa e avaliação de cunho basicamente agrônômico. No artigo *A validação de ferramentas metodológicas para a pesquisa agrônômica em meio real: o modelo stics e a avaliação agrônômica do plantio associado entre a bananeira (Musa acuminata Cultivar Cavendish "Grande Naine") e o feijão-de-porco (Canavalia ensiformis (L.) D. C.)*, analisa a construção de princípios constitutivos de diversos sistemas de cultivos agrícolas e, por consequência, de referenciais técnicos para aplicação prática. Toma como unidade de análise a produção de conhecimentos agrônômicos em campos experimentais e as alternativas de aplicação em unidades produtivas de agricultores integrados ao processo de pesquisa. Define então os objetivos da pesquisa pela aplicação e validação de "modelizadores de agroecossistemas".

## |PARTE II|

### **O agricultor familiar: prática sócio-econômica, saberes ecológicos e alternativas de reprodução social**

Sob tal empreendimento coletivo, ênfase tem sido dada aos processos de constituição do produtor agrícola, mas também aos processos de exclusão do acesso a esta posição. Ora por interferência de adoção das chamadas culturas industriais, isto é, aquelas que pressupõem especialização mercantil e produção em massa de matéria-prima para beneficiamento industrial (fibras naturais, juta, malva, etc). Ora pela adoção de um capitalismo mercantil de rapina, que elimina as condições

de reprodução dos ecossistemas e dos homens que a eles, por interação, se integram. Ora por esgotamento e fragmentação do uso do solo, portanto, pela insustentabilidade produtiva de fatores básicos deste processo.

Considerar os sistemas produtivos pelas suas potencialidades, isto é, pelas formas de esgotamento e pela capacidade de reposição dos elementos básicos do ecossistema, é também se colocar questões sobre o papel de agentes de desenvolvimento e de agricultores na construção das condições de produção e reprodução sociais. Essa postura reafirma então alguns dos princípios que norteiam a formação recíproca de profissionais, cuja responsabilidade social referencia as práticas.

No conjunto mais amplo de textos, aglutinados pela temática valorizada nesta segunda seção, diante da própria maior recorrência de investimentos de pesquisa nos primeiros anos de consolidação do curso, destaca-se a distinta formação tecnológica, sob perspectiva totalizante ou sistêmica. Os objetos dos textos, em maior ou menor grau, incidem sobre a constituição de sistemas de manejo florestal e animal, ou seja, sobre a ênfase na adoção de sistemas produtivos fundados na sustentabilidade como valor econômico e moral. A constituição de sistemas agroflorestais, enquanto projeto político, toma por base a socialização de saberes constituídos em quadros institucionais diversos. Leva em conta o patrimônio de saberes e práticas culturais dos agricultores, articulando-o às intenções dos agentes sociais vinculados a organizações não-governamentais, a institutos de pesquisa e a universidades, isto é, afiliados a um mesmo campo político de delimitação de objetivos distintos para assistência técnica. Os resultados desses empreendimentos se expressam na expansão das áreas que os produtores são detentores, mas também na valorização das formas de encaminhamento de propostas para efeitos de obtenção de crédito junto a agências oficiais de fomento e apoio financeiro.

Todavia, em se tratando de projeto político, a adoção de modos de exploração de sistemas agroflorestais é reconhecida como produto de embates de interesses contraditórios, não só entre os que aderem e apostam nesta alternativa de *desenvolvimento sustentável*, como também pelos que insistem no desenvolvimento de rapina.

No texto apresentado por Myrian Cinthya Cesar de Oliveira, sob título *O sistema agrário da margem esquerda do Baixo Amazonas: um estudo sobre a dinâmica da Amazônia tradicional*, são considerados os processos de mudança no sistema agrário da região, contexto fundamental para entendimento da prática dos *agricultores familiares*. Em conseqüência, a autora julgou fundamental o estudo das adaptações produtivas, de modo a assegurar a reprodução do

patrimônio e da posição. Enfrentando formas intensificadas de descapitalização, famílias assentadas em áreas ribeirinhas obtêm melhores condições de inserção, tendo em vista as formas de reposição do acesso e da fertilidade da terra.

Reconhecendo os dois ambientes complementares (várzea e terra firme) e os investimentos estatais para direcionamento de uso dos fatores produtivos no sentido da especialização mercantil, a autora analisa os processos de diferenciação sócio-econômica e, por conseqüência, a caracterização dos sistemas de produção vigentes. Para tanto, ela sistematiza um zoneamento agroecológico (extrativismo, farinha de mandioca e grãos), distribuído espacialmente e delineado em termos de uso de instrumentos de trabalho básicos, dos ritmos de exploração, das formas de apropriação da terra, da associação com atividades produtivas complementares e dos graus de rentabilidade.

Carmen Lúcia de Oliveira Pereira, autora do artigo intitulado *Viabilidade dos sistemas agroflorestais dos agricultores familiares do Município de Santo Antonio do Tauá (Pará)*, adota a mesma perspectiva na caracterização dos sistemas produtivos e dos dilemas inerentes à reprodução, relevando os que estejam a requerer contribuições institucionais externas. Avaliando as potencialidades e os limites dos sistemas agroflorestais adotados por produtores familiares, considera os planos de reprodução social do agricultor e de sua família, inclusive pela adesão a alternativas complementares de constituição do rendimento. Incorpora as ações da assistência técnica, segundo a avaliação dos eleitos beneficiários, bem como dos agentes afiliados às instituições básicas prestadoras de serviços públicos, caso das associações de produtores.

Releva como fator fundamental à adoção de técnicas pertinentes aos sistemas agroflorestais, as condições de apropriação da terra, facilitada pela estabilidade da propriedade privada ou da legitimidade das regras consuetudinárias, não atingidas por concorrências impostoras, razão pela qual no contexto emergem alternativas de expansão da propriedade deste fator. Complementa a análise dos fatores coadjuvantes à adoção de sistemas produtivos pela inclusão do peso da distribuição do ciclo de vida dos grupos domésticos, distribuição que revela as alternativas favoráveis à reprodução da unidade familiar, dos princípios de vida comunitária e da complementar estruturação sócio-econômica de funções, capazes de incorporar os sucessores ou futuros agricultores. Enfim, trata-se de um caso em que os agentes alcançam planos de reprodução social favorável e, assim, reinvestem na construção da complexidade do sistema produtivo adotado.



Nesta mesma inserção na produção de conhecimentos sobre projetos de adoção de sistemas econômicos compatíveis com a projeção do *desenvolvimento sustentável*, Manuel Amaral Neto elabora o texto intitulado *Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: considerações sobre participação e valorização de saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos*. Construindo a questão analítica pela contextualização do projeto político que advoga o uso do manejo florestal comunitário, o autor opta pelo estudo do processo de participação dos agentes produtivos em jogo, constituídos politicamente como grupo local, pela valorização do pertencimento comum e, inclusive, pela adoção e pelos resultados do manejo florestal comunitário. O autor ressalta a participação dos agricultores nos campos de mediação que subjazem ao projeto político, destacando que a principal negociação ocorre em torno da troca de saberes elaborados por produtores e técnicos. Institucionalizando estes saberes, o autor contribui para formação de técnicos e produtores que se engajam em propostas congêneres. Nesses termos, seu texto é parte da contribuição da construção coletiva do projeto político referenciado pelo *desenvolvimento sustentável*.

A adoção de técnicas de manejo direcionadas à reprodução da relação entre os homens e destes com os recursos naturais, vegetais e animais, é complementada com a contribuição de José Ribamar da Silva Pinto, autor do texto *Análise de incentivos institucionais no manejo participativo de fauna silvestre: o caso do "projeto pé-de-pincha", no Nordeste do Estado do Pará*. Integrando o quadro de pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, o autor acompanhou, sob reflexão, o projeto de manejo extensivo de quelônios aquáticos, a partir, inclusive, de investimentos na educação ambiental, isto é, de formação de novos *ethos*. Todos são considerados fatores sócio-econômicos e ambientais inerentes ao empreendimento e, por conseqüência, às limitações da objetivação da proposta de intervenção participativa.

Assumindo tal opção, o autor considera: - os fatores intervenientes, inclusive os que devem complementar as probabilidades de adoção das técnicas de manejo; - e as alternativas econômicas complementares, que possam vir a minimizar as pressões sobre os mesmos fatores produtivos. Considera assim a importância da reprodução do quelônio, mas também de seus consumidores, visto que a atividade se apresenta como recurso econômico básico, associada à coleta de produtos naturais.

Gabriel Medina compartilha das preocupações orientadas pela oferta de condições aos produtores cuja prática se orienta pelo extrativismo.

No artigo intitulado *A vida dirige o rio: ocupação cabocla e extrativismo madeireiro no Alto Capim (Pará)*, considera a importância atribuída aos produtos florestais não-madeireiros por moradores de comunidades situadas ao longo desse rio. Para tanto, não dissocia aquela modalidade de extrativismo das alternativas de exploração madeireira. Atribui então importância ao entendimento contextualizado dos significados conformadores das representações que revelam os conhecimentos ressaltados sobre os produtos florestais. Considera-os fundamentais à compreensão dos sentidos das duas práticas extrativistas. Elenca, para o atual contexto sócio-econômico, diversos fatores que reafirmam a importância da venda da madeira, bem como as oscilações mercantis das demandas de produtos não-madeireiros. Respeitando as limitações das alternativas de exploração produtiva que assegure a reprodução dos recursos naturais e dos produtores familiares, o autor complexifica o elenco de medidas a serem consideradas por projetos de desenvolvimento econômico. Ora, não respeitando os modos de sobrevivência da população local, ao fim e ao cabo os agentes de desenvolvimento valorizam a constituição de mercadorias, embora associadas a ritmos menos intensos de ação extrativista.

Na mesma perspectiva valorizadora do papel dos agentes produtivos, mas os diferenciando por gênero, Maria Regina Teixeira da Rocha, bacharel em Ciências Sociais que, sob esta formação disciplinar, engaja-se na contribuição sobre o alargamento das questões inerentes à prática dos agricultores familiares, analisa formas alternativas de gestão dos recursos naturais. Para elaboração do artigo *Babaçu livre e roça orgânica: a experiência das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão na busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais*, toma por base a divisão sexual do trabalho e a respectiva construção de identidades sociais. Se o vínculo das mulheres quebradeiras de babaçu, em face dos investimentos políticos na construção dos problemas que incidiam sobre a reprodução dessa posição, tornou-as reconhecidas por esta atividade, neste próprio investimento, através de ação de mediadores institucionais, elas foram estimuladas à constituição de roças orgânicas consorciadas com aquele extrativismo.

Pela legitimidade do programa de formação profissional organizado pelos representantes do NEAF e pela resposta a questões que abarcam populações na Amazônia, no texto está sendo empiricamente contemplada a região do Médio Mearim, no Maranhão. Compreendendo o jogo de forças sociais que delimita este investimento e a participação diferenciada de agentes dotados de interesses diversos, mesmo que assim convergentes, a autora considera fundamental o entendimento dos significados atribuídos às categorias desenvolvimento

Valorizando a importância do treinamento profissional e do questionamento dos princípios gerais que orientam os modelos de práticas intervencionistas em que se constituem *agentes de desenvolvimento sustentável*, Marluce Reis Souza Santa-Brígida registra sua experiência de pesquisa no artigo *Sistemas de produção agrícola familiar do posto indígena Alto Rio Guamá - Povo Tembé*. No texto, analisa associadamente os diversos fatores coadjuvantes da prática produtiva, considerando a viabilidade da reprodução dos grupos domésticos, avaliada positivamente pela adesão restrita ao êxodo rural.

No cômputo das contribuições oferecidas pelos autores que optaram pelo estudo das práticas produtivas enquanto formas totalizantes de expressão da vida social, integro o texto de Terezinha Cavalcante Feitosa, intitulado *Análise da sustentabilidade na produção familiar no Sudeste Paraense: o caso dos produtores de leite do Município de Rio Maria*. A autora optou pelo estudo de uma questão altamente preocupante, em decorrência da opção produtivista que orientou e orienta a apropriação da terra na Amazônia para a atividade pecuária. É de reconhecimento internacional o custo correspondente da destruição de florestas para a formação de pastos. Adotando a atividade pecuária como objeto de estudo, ela diferencia os investimentos segundo as especializações dos grandes proprietários na pecuária de corte; e dos pequenos criadores na oferta de leite para o mercado local. Para estes criadores, a pecuária não representa especialização, em face do tamanho do rebanho e das instalações; ou do grau de direcionamento do uso restrito dos fatores produtivos. Pelo contrário, a produção de leite se adapta às limitadas demandas dos moradores de núcleos urbanos. Esta constricta opção é revelada pela avaliação dos limites dos investimentos. Segundo a autora, as pastagens são mal manejadas, ocasionando restrições nutricionais aos animais, especialmente em período de seca, nem sempre compensado pela suplementação de concentrados. Contudo, esta é uma atividade fundamental para um significativo número de pequenos produtores, que não podem adotar outras alternativas, tendo em vista não só os limites da demanda da mercadoria, mas também o esgotamento dos estoques de reservas florestais. Analisando este dilema, a autora apresenta propostas que venham facilitar as condições de reprodução dos produtores em pauta.

A análise dos diversos contextos e agentes integrados à pesquisa se enriquece pela avaliação da sustentabilidade do modo de produzir, exercício a partir do qual os mestrandos são treinados para o cuidado na proposição de medidas que venham assegurar aos produtores, a estabilidade e as disposições de projeção do futuro produtivo e da reprodução social do grupo.

## A luta pela redefinição do acesso aos fatores de produção

Nesta seção, aglutinei alguns textos cujos autores, mesmo considerando os sistemas produtivos inerentes à prática dos agricultores, deram ênfase aos modos de organização política para redefinição das formas de redistribuição de fatores produtivos básicos.

Este é o caso do artigo de Romier da Paixão Sousa, sob título *Granja Marathon: a luta pela terra e a reorganização do trabalho em um assentamento rural no Nordeste do Pará*. O autor valoriza o estudo da organização do trabalho por *agricultores familiares* que associam uma complexidade das formas de gestão, referenciadas a sistemas de produção diversificados. Considera então a consonância e a complexidade das orientações econômicas e políticas dos grupos familiares, sob interdependência configurada na constituição do Assentamento Rural, localizado no município de São Francisco do Pará, no nordeste paraense.

Essas formas são produtos de readaptações de relações sociais historicamente constitutivas dos modos de vida dos trabalhadores rurais, especificidade que serve de base à atribuição de visibilidade política às 64 famílias de assentados, algumas delas constituídas por uma temporalidade longa, que remete, pela valorização da memória coletiva, a sete gerações sucessivas.

Em acordo com outros pesquisadores de formas de organização em assentamento rural, destaca a diversidade marcada pela especificidade da história social de cada grupo familiar que ao assentamento se afiliou, inclusive por uma recriada romântica referência à reprodução de princípios comunitários. Adotando a perspectiva da análise das relações sociais, o autor acentua a diversidade de formas de realização das atividades agrícolas entre os assentados, diversidade esta expressiva das possibilidades de ordenamento dos sistemas de produção, que variam segundo as relações sociais construídas, as condições de poupança e de acumulação financeira pelos agricultores. Todavia, principalmente pelos saberes práticos internalizados, tal como o caso dos assentados que já estiveram afiliados ao sistema de extração de seringas, no momento estão eles dotados de melhores alternativas de reprodução social.

No artigo *Análise econômica da "produção invisível" nos estabelecimentos agrícolas familiares, no Projeto de Assentamento Agroextrativista Projeto e Piranha, Município*

*de Nova Ipixuna (Pará)*, Antônio José Elias Amorim Menezes, também considerando uma assentamento rural como unidade de análise, desloca seu campo empírico para uma situação de fronteira, no sudeste paraense. Discute as variações no uso do trabalho familiar e sua potencialidade para oferta de produtos de auto-consumo, não-mercantilizados, que ele, provocativamente à valorizada circulação da mercadoria e à quantificação da renda mercantil, intitula “produção invisível”. Em síntese, o autor se dedica ao estudo da composição do rendimento familiar, considerando a importância da presença do trabalho diversificado dos membros da família. Além de considerar a recorrente integração da força de trabalho na unidade familiar, ressalta a forma de vinculação sob a modalidade descontínua de assalariamento. Ao investir na compreensão das diversas formas de integração da força de trabalho familiar, termina por revelar práticas não consideradas, se avaliadas do ponto de vista da produção mercantil, mas que, tal qual amplamente demonstradas em estudos sobre campesinato, oferecem contribuição fundamental às condições de reprodução física e social. O auto-consumo, menos que valor econômico, é revelador de investimentos na reprodução de modos de vida. A negação da escassez de alimentos e das formas de redistribuição vicinal torna-se expressivo índice da reafirmação ou da construção de condições favoráveis à reprodução do grupo doméstico e do ator econômico nesta mesma posição.

Orientada pela importância do conhecimento das condições de reprodução dos fatores produtivos, Eliane Constantinov Leal, no artigo *Potencial de regeneração da capoeira após preparo de área com queima e sem queima na Região Bragantina*, ressalta o papel fundamental da capoeira na reprodução dos *agricultores familiares*. Tendo em vista a centenária prática de corte e queima entre diversos produtores da Região Amazônica, a capoeira se apresenta como recurso compensador da fertilidade da terra e da projeção dos pressupostos da produção a longo termo. A formação da capoeira, sob condições diversas, representa recurso fundamental para elaboração dos projetos de sucessão na posição do agricultor e, assim, de fixação na mesma área. Reconhecendo esta importância, através do projeto técnico sob vinculação institucional, a autora se dedica ao trabalho de avaliação do potencial de regeneração natural de áreas submetidas a diversas modalidades de manejo do solo, de constituição de banco de sementes e de composição florística. O investimento técnico é respaldado por intenções institucionais, organizadas para propiciar formas mais favoráveis de reprodução de pequenos produtores agrícolas; ou de sua integração profissionalizante enquanto *agricultor familiar*.

Mesmo que a formação profissional desses *agentes de desenvolvimento sustentável* leve em conta a confluência de fatores passíveis de serem interpretados enquanto sistema social, os resultados das pesquisas exaltam formas de apreensão em que, desta perspectiva, o peso de fatores constitutivos da prática produtiva são hierarquizados. Esta é a contribuição de Lecir Peixoto no artigo *Crédito rural para a agricultura familiar: o caso do FNO Especial - PRORURAL na Transamazônica - Pará*. A autora exalta a influência do FNO - Fundo Constitucional do Norte e do PRORURAL - Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada, no desenvolvimento da *agricultura familiar* da Região Amazônica. Por esta perspectiva incluyente, os financiamentos são também dirigidos aos reconhecidos *produtores familiares*. O peso deste recurso é de tal ordem que se afigura como razão básica da definição da política agrícola adotada pelos porta-vozes do Estado brasileiro.

No texto, a autora se propõe a analisar alguns dos pontos que revelam perda de eficácia na aplicação do financiamento, considerando os efeitos de recorrentes mudanças na forma de gestão e transferência do recurso. Ao entender o peso destes fatores, a autora colabora para minimização dos efeitos etnocêntricos que atribuem ineficácia às formas de utilização do crédito pelos agricultores. Assim debatendo a questão, ela, autora, tem por objetivo contribuir para melhor adequação nas políticas de crédito destinados aos *agricultores familiares*. Para não incorrer em homogeneidades redutoras, a unidade social de análise para a pesquisa centrou-se no estudo de sistemas de produção praticados nos estabelecimentos agrícolas, avaliados a partir da construção de tipologias e de indicadores econômicos orientados pela composição do patrimônio total e pelas principais atividades produtivas.

## ■ Considerações finais

Considerando as diversas temáticas de pesquisa, mas sob destaque do estudo dos sistemas de produção, os autores levam em consideração segmentos sócio-econômicos diferenciados (extrativistas; agricultores, tanto os reconhecidos por apropriação tradicional da terra, como sob construção na posição de assentado; produtores que associam atividade agrícola e pesca, consagrados como ribeirinhos, grupos indígenas etc.). Pelos exercícios de pesquisa, através de estudos de caso, os modelos propostos para construção do olhar dos *agentes de desenvolvimento* são postos em xeque, em diversas situações geográficas e sócio-econômicas. Elas abarcam, em maior recorrência, o Estado do Pará: regiões nordeste,

recente, mediante assentamento de brasileiros advindos dos mais diferentes e distanciados rincões; regiões de incidência da atividade agrícola ou pecuária, mas também áreas circunvizinhas à cidade de Belém. E não só, também no Maranhão (Médio Mearim), Amazonas (Baixo Amazonas), Acre e Rondônia.

A leitura dos textos permite entrever o investimento que os alunos e seus orientadores aplicam na construção de sistemas de pensamento e valores que se apresentem como contraponto à hegemonia da lógica extrativista de rapina ou à expropriação de agentes econômicos, especialmente os mais atingidos pelos efeitos nefastos e que não dispõem de outros meios para a construção de reprodução social na posição.

Na constituição dos textos, também é preciso valorizar o investimento que alunos e orientadores aplicam no aprendizado do trabalho de campo, na pós-graduação em apreço, fundamental. Outrossim, a grande contribuição de ambos se revela na amplitude das situações de pesquisa, geralmente pouco estudadas mas exaltadas como princípio político-ideológico. Portanto, são de relevância indiscutível as oportunidades de conhecimento da agricultura familiar orgânica e do extrativismo sob sustentabilidade; da divisão sexual do trabalho e do *status* das mulheres nas equipes geridas diretamente pelos seus agentes produtivos; das alternativas de objetivação prática dos princípios que orientam a sustentabilidade como valor.

Salientam-se também a amplitude e a atualidade da bibliografia considerada. Alguns dos autores tentam contrapor o caso a outros tantos, elaborados por pesquisa empírica em outras regiões, investimento fundamental na desnaturalização de formas encantadas e reificadas de caracterização de especificidades da Amazônia.

Todavia, não são essas as únicas contribuições dos alunos e dos orientadores. Nos textos, há destaque, mesmo que nem sempre assumido, do contraponto de perspectivas desses agentes de desenvolvimento (em formação) e dos produtores selecionados para participação na pesquisa. A explicitação das distinções de pontos de vista é fundamental na prática intervencionista, visto que permite a uns e outros a relativização dos significados inerentes a cada universo social de pertencimento. O exercício de mediação advogado pelos *agentes de desenvolvimento* pressupõe esta relativização, tendo em vista a reelaboração necessária à participação em programas de redistribuição de recursos técnicos e financeiros. Outrossim, por um balanço crítico, a maior parte dos autores registra, dessa forma, diversos saberes e práticas de agricultores diferenciadamente contemplados no programa institucional de pesquisa.

Em se tratando de registro de especificidades, vale ressaltar a demonstração da coexistência de diversos princípios de orientação da prática social e econômica. É o caso da apropriação da terra mediante articulação entre domínios familiares e domínios de usufruto comum; das condições de produção para o autoconsumo, no jargão agrônomo reconhecidas como renda invisível; da associação entre calendários agrícolas e articulações de atividades econômicas; da explicitação de diferenciados universos de valores fundamentais para avaliação das condições de vida e de elaboração de projeções diferenciadas no tempo, cobrindo tanto a reprodução de curto termo, como aquela de tempo longo. Por fim, dada a importância desse conhecimento para a construção do *agente de desenvolvimento* em pauta, vale ainda destacar o elenco de formas de cultivo e técnicas consideradas mais adequadas à sustentabilidade da produção familiar, contudo explicitadas pelo ponto de vista dos agricultores e desses mediadores.

Os textos devem ser lidos por uma avaliação das intenções dos que se engajam no processo de construção da categoria profissional *agricultor familiar*. A especificidade de formas de gestão de recursos produtivos e de alocamento de força de trabalho, as avaliações qualitativas e contextuais do rendimento e da prática social desses agricultores, tudo isto exige a participação compartilhada de profissionais capazes de, intelectualmente, ultrapassarem as referências conformadoras de atitudes e horizontes de intervenção pautados no produtivismo e no extrativismo.

No atual contexto de institucionalização do curso de Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, a capacitação dos alunos tem se orientado pela acumulação de saberes disciplinares, capazes de relativizarem perspectivas estanques de compreensão da prática produtiva. Ora esta perspectiva multidisciplinar ou interdisciplinar é potencializada pela participação de sociólogos e antropólogos na transmissão de saberes sobre outros domínios da vida social, inserção na qual me incluo. Ora pela *bricolage* que esses profissionais, assim ética e intelectualmente constituídos, têm sido capazes de objetivar. Portanto, os textos não podem ser avaliados tão somente pelo rigor metodológico da sociologia ou da antropologia. Nem tão pouco pelo rigor metodológico que se inspira, por exemplo, no saber puramente agrônomo ou de suas variantes auto-referidas, especialmente as que se orientam pela explicação lógica da associação dos fatores da produção que subordina as motivações humanas.

O debate que esses textos venham a suscitar, assim espero, deve, se possível, incidir sobre a orientação de sentido subjacente à adesão ao projeto coletivo de construção dos profissionais especializados na



perspectiva de entendimento da *agricultura familiar*. Dos autores deve ser cobrada a incorporação de pressupostos básicos à constituição dos agentes produtores vinculados à atividades agrícolas, agroflorestais e agropecuárias. E, principalmente, a cumplicidade defensora da reprodução da sociedade num ambiente compatível com a continuidade da vida da espécie humana. Como a reprodução da vida dos homens pressupõe a dos outros animais e dos vegetais, aqui se ressaltam as formas produtivas que projetam o enriquecimento rápido de uns e a inclusão desqualificante e miserável de outros.

## Resumo

## Delma Pessanha Neves

Professora da Universidade Federal Fluminense - UFF

Nas diretrizes curriculares do Programa de formação baseado na Pedagogia da Alternância desenvolvido Escola Família Agrícola de Marabá, está expressa a suposição de que este pode contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar, por estar metodologicamente numa proposição que superaria aquela praticada pelas escolas vinculadas ao sistema de educação pública, ou seja, o percurso pedagógico ocorreria a partir das experiências desenvolvidas no processo socio-produtivo dos alunos, e, em consequência disso, isto seria a requalificação do papel da família no processo formativo. Neste trabalho, analisei as demandas de formação que vem sendo atendidas pelo programa, tomando como central a análise do papel atribuído à educação e ao trabalho da categoria trabalhista. Neste sentido, conclui que, embora o programa seja um investimento

in the line of alternative education, it does not yet provide a solid theoretical and methodological basis. The "Agriculture Family" model is not a theoretical alternative to the existing education, but a pedagogical proposal that would improve the existing education. The development of the family agriculture may be achieved through a pedagogical process that would improve the existing education. The pedagogical process would be based on the experiences developed in the socio-productive process of the youth, and, as a consequence, this would be the requalification of the role of the family in the formation process. In this article, we analyze the demands of the adult formal development that is being fulfilled by the program, taking as central the variables of work attributed to the school and to the student of the category of work. In this direction, we conclude that, although the program